



PROJETO DE LEI

Institui o Conselho Municipal de Segurança Pública-COMSEP, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e de acompanhamento, com a finalidade de integrar, articular e propor políticas de segurança pública no âmbito da Estância Turística de Embu das Artes.

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES APROVA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º

Fica criado, no âmbito do Município da Estância Turística de Embu das Artes, o **Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEP**, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador no âmbito de suas competências, propositivo e de acompanhamento das políticas públicas de segurança, com a finalidade de integrar esforços entre o Poder Público e a sociedade civil para a prevenção e o enfrentamento da violência e da criminalidade.

Art. 2º

São objetivos do COMSEP:

- I – fomentar a articulação entre os órgãos de segurança pública e a sociedade civil;
- II – propor diretrizes e ações voltadas à segurança, cidadania e cultura de paz;
- III – acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução de políticas públicas municipais na área de segurança;
- IV – propor medidas de prevenção à violência e fortalecimento da convivência comunitária;
- V – apoiar programas de policiamento comunitário e de integração interinstitucional;
- VI – promover debates, audiências públicas, seminários e campanhas educativas voltadas à segurança cidadã;
- VII – propor convênios e parcerias com órgãos estaduais, federais e instituições privadas voltadas à área da segurança;





CÂMARA MUNICIPAL DA EÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES
ESTADO DE SÃO PAULO

VIII – incentivar a formação e capacitação permanente dos agentes públicos de segurança.

Art. 3º

O COMSEP será composto por representantes titulares e respectivos suplentes, indicados pelos seguintes órgãos e entidades:

02 (dois) representantes da Polícia Civil, sendo um o Delegado Titular da Delegacia de Polícia do Município e outro indicado pelo 1º Distrito Policial de Embu das Artes – Jardim São Marcos;

- I- 01 (um) representante da 1ª Cia do 36º BPM/M;
- II- 01 (um) representante da 3ª Cia do 36º BPM/M;
- III- Secretário Segurança Pública Municipal;
- IV- Secretário de Governo;
- V- Secretário de Desenvolvimento Social;
- VI- 01 (um) representante da Guarda Civil Municipal;
- VII- Presidente da Câmara Municipal;
- VIII- 01 (um) Vereador indicado pela Câmara Municipal;
- IX- 01 (um) representante do Conselho Tutelar;
- X- 01 (um) representante da OAB – Subseção Local;
- XI- 02 (dois) representantes de entidades da sociedade civil organizada, legalmente constituídas e atuantes no Município;
- XII- 01 (um) Representante do CONSEG.

§1º O Presidente do Conselho será eleito dentre seus membros, por maioria simples, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§2º O exercício da função de Conselheiro não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 4º

Compete ao COMSEP:



Autenticar documento em <https://nopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade>
R. Marcelino Pontes nº 3003 - Jd. São Marcos - Embu das Artes - SP
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.







Leandro de Souza – (Betinho Souza)
Vereador – REPUBLICANOS

Abel Arantes – SOLIDARIEDADE

Diego Paixão - PODE

Índio Silva – REPUBLICANOS

Gideon Santos Junior – PV

Abidan Henrique – PSB

Marcos Antônio B Florêncio - AVANTE

Reginaldo Rocha – AVANTE

Edivaldo Floriano - MDB

Sandra Manente – REPUBLICANOS

Aline Santos - MDB

Flávio Pereira Lima – MDB

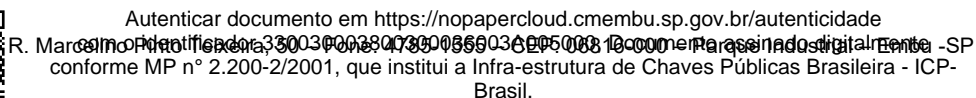
José Ramalho da Silva - PP

Gilson Oliveira – REPUBLICANOS

Vanessa Isabel – UB

Gustavo do Rancho – PSD

Leo Novais – PL





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES
ESTADO DE SÃO PAULO

João Paulo Costa – UB

Uriel Biazin – PT

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa instituir o Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEP, espaço democrático de diálogo, deliberação e cooperação entre os órgãos de segurança – Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Civil Municipal – e a sociedade civil organizada.

A Constituição Federal, em seu artigo 144, dispõe que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Nesse sentido, o município deve criar mecanismos de integração e participação comunitária, que fortaleçam a prevenção e a governança colaborativa no enfrentamento da criminalidade.

O aumento da complexidade da violência e da criminalidade exige, além de ações repressivas, estratégias de prevenção, articulação interinstitucional, transparência na gestão pública e participação cidadã.

Atualmente, as ações de segurança pública no âmbito municipal muitas vezes são desenvolvidas de forma isolada, o que reduz sua efetividade no enfrentamento da criminalidade. O combate à violência exige uma atuação articulada e multidisciplinar, em que cada órgão possa contribuir com suas competências específicas de maneira coordenada.

Por exemplo, situações que envolvem a necessidade de iluminação adequada em praças e vias públicas demandam a atuação do Poder Executivo, enquanto casos relacionados a usuários de drogas podem contar com o suporte e encaminhamento do Conselho Tutelar e da rede de assistência social. Assim, cada instituição exerce suas





CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES

ESTADO DE SÃO PAULO

atribuições de maneira complementar, formando um conjunto integrado de ações preventivas e repressivas.

O COMSEP surge, portanto, como instrumento indispensável para unir esforços, superar a fragmentação atual e garantir que as respostas sejam mais rápidas, completas e eficazes, sempre em prol da proteção da coletividade e da construção de uma cidade mais segura e acolhedora.

O COMSEP também possibilitará que a população seja efetivamente ouvida na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, contribuindo para aproximar os cidadãos das autoridades policiais e dos gestores municipais, gerando confiança mútua e maior efetividade nas ações.

Além disso, a criação do Conselho está em consonância com a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, que incentiva a participação da sociedade civil na construção de soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios da área.

Diante do exposto, apresento este Projeto de Lei e solicito o apoio dos nobres pares para sua aprovação, em benefício da segurança, da paz social e da qualidade de vida da população da Estância Turística de Embu das Artes.

